

REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE – CGRC/MAPA

Memória nº 02

Data	21 de junho de 2018	Local	Sala de reunião da Secretaria-Executiva - 9º andar
Início	14h00	Término	15h00

PAUTA	
ITEM	
1.	Ações desenvolvidas em Gestão de Riscos e Controles;
2.	Subcomitê de Gestão Estratégica – SGE. Portaria Ministerial nº 790, de 21 de maio de 2018;
3.	Novos documentos;
4.	Cartilha sobre brindes;
5.	Portaria demandas TCU;
6.	Manual de comunicação; e
7.	Exigências de Governança Constantes do Decreto nº 9.203/2017. Desdobramentos no Mapa.

1. Participantes: Raphael Vianna de Menezes, Secretário-Executivo Adjunto; Cláudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); Gustavo Pereira da Silva Filho, Diretor de Programa (SE); José Manoel Gomes, Diretor de Administração - Substituto (DA); Jorge Caetano Junior, Secretário de Defesa Agropecuária - Substituto (SDA); José Mauro de Rezende, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia - Substituto (INMET); Fernanda Carolina Barros, Corregedora - Substituta (COR); Lizane Soares Ferreira, Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS); George Nogueira Cardoso, Ouvidor (OUVIDORIA).

1.1 Participantes convidados: Ana Cristina Tomaz Batalha (CGCO); Antônio Siqueira Asseury (CEPLAC); Clara Pandolfi dos Santos (CGCO); Daniel Montserrat Barbacena de Oliveira (CGCO); George Honório Lima de Oliveira (SMC); Helena Carvalho Frois (CGCO); Jair de Oliveira Marques, Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional (CGDI); Jamil Bittar Nasralla, Coordenador-Geral de Planejamento (CGPLAN); Jefferson de Alcântara e Silva, Coordenador-Geral de Controle Operacional (CGCO); Juliana Maria de Jesus (CGCO); Juliana Ribeiro Gontijo de Angelis (CGDI); Marco Fabino (INMET); Marcos Eielson Pinheiro de Sá (SRI); Monameris Marques Borges (CGDI); Paulo Roberto Cardoso (CGDI); Rosana Henn (SPA).

2. Deliberações

Às 14h00 horário de Brasília foi dado o início da reunião. Assim, o Senhor Secretário-Executivo Adjunto contextualizou a todos os participantes sobre as medidas sobre a institucionalização do Programa de Integridade no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a publicação da Política de Integridade e o programa Agro+ Integridade. No entanto, ressaltou a necessidade da elaboração de um mapeamento de riscos no âmbito do Mapa, como forma de se planejar medidas preventivas a fim de endossar às ações de integridade.

Em seguida, o Senhor Jefferson de Alcantara fez um breve histórico sobre as ações relacionadas à Gestão de Riscos desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Controle Operacional (CGCO), que ocorreram após a primeira reunião do Comitê de Governança, Riscos e Controle, realizada no dia 31 de agosto de 2017. Destacou a conclusão do projeto de mapeamento, análise e monitoramento de riscos dos processos de pagamento de luz, água e telefonia, informando sobre os resultados alcançados, os quais reverteram a situação dos pagamentos realizados em atraso e solucionaram os problemas dos juros incorporados ao custo dos serviços.

Em continuidade, informou que foi elaborado e disponibilizado, em fevereiro do corrente ano, o modelo de Mapa de Riscos que deverá ser utilizado nos processos de contratações de serviços, em conformidade com as Instruções Normativas do Ministério do Planejamento nº 04/2014 e 05/2017. Comentou ainda que, entre os meses de fevereiro e março, foram realizadas 03 (três) Oficinas de Gestão de Riscos em contratações de serviços e 01 (um) curso de Gestão de Riscos e Controles Internos, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), capacitando um total de 105 servidores do Mapa.

Em seguida, ressaltou sobre a criação da pasta com informativos, normas e documentos sobre Gestão de Riscos, nos canais de comunicação do Ministério, como a Agronet e o Portal Agricultura; deu continuidade comunicando sobre a solicitação de implementação do Sistema Ágatha, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, para a automatização dos processos de gerenciamento de riscos no âmbito das unidades do Mapa.

Encerrando sua participação, o Senhor Jefferson de Alcantara esclareceu que a CGCO dará continuidade às ações para a implementação da Gestão de Riscos no Mapa, dando continuação à capacitação de servidores, e neste sentido, iniciará o projeto de gerenciamento de riscos das contratações no âmbito das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), começando pela SFA/GO, com enfoque no mapeamento do processo e posterior levantamento e monitoramento dos riscos identificados.

Dando sequência, foi concedida a palavra ao Senhor Diretor de Programa que propôs antes de se iniciar o projeto com as Superintendências deve-se primeiro estruturar a Gestão de Riscos no âmbito das Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos (UGRCI) conforme preceitos da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - (PGRCI) do Ministério, definindo servidores responsáveis pela efetivação e a temática de funcionamento. Corroborando, o Senhor Jefferson esclareceu que está definido na PGRCI que cada Dirigente Máximo do Mapa pode eleger um representante, mas que isso ainda está pendente.

Ressaltando sua fala inicial, o Senhor Raphael Vianna discorreu sobre a importância de os projetos de gerenciamento de riscos adentrarem também a Defesa Agropecuária e áreas-fins, com o objetivo de gerar uma mudança na cultura organizacional, e mitigar possíveis riscos de corrupção e de integridade.

Em seguida, o Senhor Jamil Bittar comentou sobre duas manifestações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, primeiro sobre a fragilidade do acompanhamento do Planejamento Estratégico e também sobre o pedido da criação do Subcomitê de Gestão Estratégica, o qual foi criado e está subordinado ao CGRC, com a função de auxiliar a alta direção nos acompanhamentos do planejamento estratégico e proporcionar maior relevância e efetividade para a Gestão Estratégica do Ministério.

O Senhor Claudio Torquato fez uma abordagem sobre ações de sensibilização que serão feitas junto às áreas do Ministério, inclusive por meio de videoconferências com os Estados, a fim de preparar os servidores para a instauração, montagem e finalização de processos de tomadas de contas especiais (TCE) via sistema webservice, de acordo com a nova exigência do Tribunal de Contas da União-TCU. Logo após, ele abordou o assunto nepotismo, com o fluxo de ações preventivas a serem construídas com a participação da Coordenação- Geral de Administração de Pessoas - CGAP e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais - CGRL, e apuratórias - com a participação da OUVIDORIA e Comissão de Ética, último tema a ser implementado desde a implantação do Programa de Integridade do MAPA, já publicado na página do Ministério desde novembro do ano passado e em plena consonância com o que foi definido pela Portaria nº 1.089, de 2018, até como consequência do MAPA ter sido considerado pela Secretaria responsável pelo tema na CGU como projeto-piloto da Esplanada. Ainda como nova ação do Programa de Integridade em curso no MAPA foi construída em parceria com a ACE, OUVIDORIA e SDA a cartilha (NÃO É BRINDE...É CORRUPÇÃO), com exemplar distribuído a alguns dos presentes, que se desdobrará em ações futuras nas Áreas de Fiscalização do MAPA, em Brasília e nos Estados.

Posteriormente, o Senhor Paulo Roberto comentou sobre a criação do manual de comunicação, que integra todo tipo de comunicação não apenas com objetivo de informar sobre atos normativos e correspondências oficiais, mas também o de aumentar a agilidade e a comunicação dos processos de trabalho no mapa, bem como padronizar os documentos.

A Senhora Lizane Soares sugeriu que em cada Superintendência existisse uma unidade de representação nas questões relacionadas a implantação da integridade, planejamento estratégico, gestão de riscos e governança, a fim de conseguir maior visibilidade e eficiência.

Por fim, o Senhor Diretor de Programa discorreu sobre o decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dando ênfase ao Art. 6º, o qual diz que caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança. Desse modo, os membros e participantes do CGRC decidiram pela criação do Subcomitê de Governança, no âmbito do Mapa, para tratar dos assuntos referentes ao tema.